

Compromisso da FASE com uma Amazônia sustentável e democrática

Sumário:

- I. Introdução: a FASE frente aos desafios de um novo período de exploração da Amazônia**
 - 1.1. A legitimidade histórica da FASE e seus parceiros*
 - 1.2. O recrudescimento da disputa sobre o destino da Amazônia*
- II. A razão política do debate**
 - Solidariedade planetária
- III. O futuro da Amazônia como um desafio político nacional**
- IV. Sobre as grandes questões e os desafios que se colocam para a Amazônia**
- V. Sobre os compromissos e a contribuição da FASE**

Compromisso da FASE com uma Amazônia sustentável e democrática.

Este texto sistematiza a experiência de atuação da FASE na Amazônia e visa contribuir com o debate e a construção de diagnósticos, visões e propostas coletivas de alternativas sustentáveis e democráticas para a região, junto com nossos parceiros.

I. Introdução: a FASE frente aos desafios de um novo período de exploração da Amazônia

1.1. A legitimidade histórica da FASE e de seus parceiros

É no Pará que a FASE tem uma das suas mais antigas inserções, de quatro décadas. Ao longo destes anos, a FASE cresceu e amadureceu junto com as pessoas e grupos sociais com os quais trabalha e com seus valiosos parceiros, brasileiros e internacionais. Como agentes ativos de processos de mudança, todos juntos, pensamos Amazônia quando pensamos Brasil.

Nossa presença na Amazônia brasileira é marcada também por uma significativa continuidade tanto de técnicos, quanto de áreas de trabalho e de filosofia de intervenção social. Podemos afirmar que a FASE não seria o que ela é hoje sem essa presença na Amazônia, que a marcou profundamente. Essa presença – não apenas no seu período de extensão territorial máxima, com equipes atuando em diferentes partes do Pará, no Mato Grosso, no Maranhão e em Manaus - resultou na existência de um programa nacional, propriamente amazônico, porque havia a vontade de ultrapassar os limites locais. Mais do que isso, em sintonia com o sentido integrador e sistêmico da nossa intervenção, a FASE procurou tirar as devidas conseqüências do caráter nacional da questão amazônica. Mais recentemente, no processo do Fórum Social Mundial, incorporamos à nossa ação as implicações do caráter pan-amazônico dessa problemática.

O amadurecimento da FASE como sujeito regional e nacional, na Amazônia e da Amazônia, deve-se em parte à percepção de que as várias frentes da sua intervenção social não podem ser pensadas e viabilizadas de modo estanque: a) a organização político-sócio-econômico-cultural-ambiental começou a se escrever com traço de união, porque percebemos que não dava para pensá-la sem introduzir: as dimensões de gênero, de diversidade de população e de minorias, sem articular e conectar estreitamente a dimensão político-organizativa a estratégias e ações de desenvolvimento; b) a intervenção em políticas públicas, urbanas e rurais, em trabalho e renda, em produção ecológica e agroextrativismo, em gestão territorial ambiental apelavam para a interdisciplinaridade de conhecimento e de práticas sociais; c) a crítica que fazíamos à ideologia desenvolvimentista e ao seu desdobramento, o “desenvolvimento sustentável” sob a égide do mercado, nos levou a contestar a idoneidade e a capacidade da economia dominante nos conduzir (nos levar) a um Brasil e à uma sociedade sustentáveis; d) a intervenção local articulava-se com outros níveis de intervenção, até o internacional; e) mais do que isso, a compreensão que começamos a ter de que nossos projetos são peças que se inscrevem dentro de um processo de e para um outro desenvolvimento nos levaram a salientar a importância de construir alianças nacionais e ter uma ação nacional, imprescindíveis para a plena realização de nossos programas regionais.

Dessa história e dessa visão resultam uma metodologia original. Isso cria uma responsabilidade para a FASE, a de colocar essa experiência ao serviço de um projeto maior, a responsabilidade de reafirmar o seu compromisso histórico com a defesa de uma Amazônia brasileira sustentável e democrática frente ao novo período de exploração da região, que ora

se inaugura, e de compartilhar essa experiência com organizações representativas da sociedade amazônica dos países vizinhos, como nossa contribuição crítica à integração que está sendo construída pelos governos e povos da região.

A luta por uma Amazônia sustentável, solidária, e democrática conta já com as forças de um conjunto amplo de movimentos sociais, associações e cooperativas, e organizações da sociedade civil, como a Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (ABONG-Amazônia), o Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS), a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB), as Federações de Trabalhadores na Agricultura (FETAG's), as Federações de Trabalhadores na Agricultura Familiar (FETRAF's), o Movimento Nacional dos Pescadores (MONAPE), os movimentos populares urbanos, de mulheres, de quilombolas, as ONG's, pastorais sociais, a Via Campesina, etc. Essas organizações e movimentos sociais estão articulados em redes e fóruns como a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA-Amazônia), o Fórum da Amazônia Oriental (FAOR), o Fórum da Amazônia Ocidental (FAOC), o Fórum Mato-grossense de Meio Ambiente e Desenvolvimento – FORMAD, o Fórum de Mulheres da Amazônia Paraense (FMAP), o Fórum Nacional de Reforma Urbana (FNRU), os Fóruns estaduais de economia Solidária (organizados em todos os estados e filiados ao Fórum Brasileiro de economia Solidária) e o Grupo de Trabalho da Amazônia (GTA).

Na disputa da opinião pública para fazer prevalecer os interesses que se contrapõem às preocupações sócio-ambientais desses movimentos sociais e ONGs, alguns setores da mídia ignoram sistematicamente a existência desse tecido organizativo da sociedade civil amazônica, especialmente o campo democrático e popular dessa sociedade, procurando confundir o campo dos opositores ao desmatamento e à exploração econômica predatória da Amazônia com a atuação de instituições inidôneas, entre as quais ONGs a serviço de grupos econômicos estrangeiros e com atuação contrária aos interesses nacionais. Para esses setores interessados em estabelecer a confusão política e ideológica, a existência de um conjunto de organizações brasileiras, comprometidas com a soberania brasileira sobre a Amazônia, enraizadas na sociedade regional, com enorme capilaridade a nível local, e dotadas de uma profunda consciência sócio-ambiental, só pode representar um obstáculo a ser superado. No entanto, mesmo esses setores não podem desconhecer a legitimidade da FASE e de seus parceiros, como sujeitos políticos e interlocutores politicamente relevantes na esfera pública regional e nacional!

1.2. O recrudescimento da disputa sobre o destino da Amazônia

No começo de 2007, multiplicam-se os sinais de que a questão nacional da Amazônia se coloca mais uma vez na ordem do dia com todos os sinais de uma disputa entre poderosos interesses e sujeitos políticos locais, nacionais e internacionais, com todos os elementos necessários para se transformar numa luta política e ideológica sem quartel.

Essa constatação nada tem de surpreendente se considerarmos que em torno do destino da Amazônia se trava uma das batalhas mais importantes entre os países ricos e os países do sul, numa guerra em que se decidirá o ônus que recairá sobre cada país, na inevitável alocação dos custos da crise ambiental e das mudanças catastróficas do clima mundial.

Os Estados mais poderosos, que têm padrões de produção e de consumo insustentáveis, dispendo de enormes recursos financeiros, tecnológicos e militares, não abrirão mão da pretensão de controlar a Amazônia, tentando reproduzir, à custa dos nossos países, os atuais padrões insustentáveis de existência e as práticas de quinhentos anos de expropriação das riquezas e recursos energéticos dos países da América do Sul. Nesse cenário carregado de desafios e ameaças, o Brasil tem de enfrentar os dilemas que são respondidos de forma distinta por pelo menos quatro campos políticos, nessa encruzilhada histórica para a Amazônia: 1) O campo comprometido com a estratégia liberal que renuncia

inteiramente a um projeto nacional para o Brasil e à defesa da Amazônia brasileira como patrimônio do Brasil; 2) O campo político desenvolvimentista que reconhece a importância de uma presença ativa e planejadora do Estado na região, mas não hesita em reproduzir os padrões insustentáveis de produção e consumo dos países do Norte e vê os povos da Amazônia como objeto passivo de seus projetos expansionistas de ocupação da fronteira agrícola e mineradora; 3) Um campo heterogêneo de interesses econômicos e políticos que, sob o manto do nacionalismo, procura garantir seus interesses particulares (nesse campo se juntam grupos de extrema direita, políticos e parlamentares do norte em disputa pelo controle de recursos públicos, grupos econômicos interessados em manter e aumentar as áreas de exploração etc.) 4) Um campo político contra-hegemônico que, no contexto de um mundo em crise, preconiza um Brasil sustentável e solidário, comprometido com o exercício responsável e solidário da soberania nacional e com a defesa do patrimônio sócio-biodiverso que a Amazônia constitui para o Brasil, em consonância com o desafio maior de sobrevivência da Humanidade e do planeta ameaçado.

O Brasil já está sendo atingido pelas reações dos principais governos do planeta à divulgação, no início de fevereiro de 2007, em Paris, do relatório do Painel Inter-Governamental sobre Mudanças Climáticas da ONU (IPCC, na sigla em inglês), demonstrando que o aquecimento global está a um passo de tornar-se irreversível. Desde então, o Brasil - considerado o quinto maior emissor global de dióxido de carbono por conta do desmatamento - voltou a ser alvo de críticas internacionais vindas daqueles que consideram que o país não se esforça o suficiente para garantir a preservação da Amazônia. Enquanto isso, aqui no Brasil, os pretensos defensores do desenvolvimento da Amazônia a qualquer preço, não se constroem de usar argumentos do tipo “o Brasil só emite 6% dos gases que provocam o efeito estufa” (Jornal do Brasil, 28/01/2007) ou dizer que os países ricos já destruíram as suas florestas e agora querem impedir o Brasil de fazer o mesmo para se desenvolver. A completa insensibilidade diante da problemática ambiental encontra até portavozes do porte intelectual do economista Carlos Lessa, ex-presidente do BNDES, cuja proposta para a região passa pelo desmatamento de pelo menos 300 milhões de hectares¹: “a Amazônia é a maior província mineral na América e tem um enorme potencial hidrelétrico e como celeiro de grãos. As usinas do Rio Madeira são capazes de gerar a mesma energia que Itaipu. E ao mesmo tempo, construir uma rede hidroviária e abrir uma área de 300 milhões de hectares de terras para o plantio, não só no Brasil, mas também na Bolívia e Peru. A bioenergia é a fronteira do futuro. Alimentos são a do presente, o que mostra a grande estratégia de se ocupar a Amazônia” (fonte: Gazeta Mercantil, 02/02/2007)².

Evidentemente os projetos políticos em disputa na Amazônia não se apresentam de forma nítida na vida cotidiana e, por isso mesmo, nos momentos de acirramento das disputas, cresce o nevoeiro ideológico que encobre o discurso e as práticas de alguns dos sujeitos em presença. É assim que se explica o estranho nacionalismo dos representantes, nas instituições políticas e nos meios de comunicação, de grupos econômicos tradicionalmente associados a grandes corporações internacionais e ao processo de globalização produtiva e financeira, que se mostram subitamente assustados com a “invasão estrangeira” e a ameaça das ONGs “controladas por estrangeiros”. Por outro lado, já estamos acostumados a escutar a ladainha dos porta-vozes das madeireiras, dos pecuaristas, do agronegócio e de outros grupos econômicos que se dedicam à exploração predatória da região, para os quais os movimentos sociais, as ONGs e todos os demais setores comprometidos com a busca de alternativas

¹ Sugestão nada surpreendente vinda de quem diz que até agora só foram desmatados 3% da Floresta Amazônica.

² Durante o seminário, realizado pelo BNDES em parceria com a Corporação Andina de Fomento (CAF), em agosto de 2005, no Rio de Janeiro, sobre os projetos de integração que deveriam ser financiados pelas duas instituições, o economista Carlos Lessa, então presidente do BNDES, já afirmava que o Complexo Rio Madeira iria favorecer a incorporação de 30 milhões de hectares amazônicos para o plantio da soja .

sustentáveis e democráticas para a região não passam de “inimigos do desenvolvimento” da Amazônia.

Ao se iniciar o segundo mandato do presidente Lula, há que reconhecer as importantes mudanças no cenário nacional e as novas perspectivas que se abrem para a luta entre os projetos que disputam a Amazônia. O recém-lançado Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) representa um afastamento da postura neoliberal de negação do papel do Estado na economia. Com o PAC, na opinião, até mesmo, de economistas muito críticos da política econômica do primeiro mandato do atual presidente, a “mão invisível do mercado” será substituída pela “mão visível do Estado”, que voltará a ter um papel decisivo “no planejamento, na definição das prioridades e na articulação entre os setores público e privado”³. O PAC, positivamente, prevê importantes obras de infra-estrutura urbana – sobretudo nas áreas de saneamento básico e habitação, cuja importância já foi reconhecida pelo Fórum Nacional da Reforma Urbana (FNRU) -, e obras como o asfaltamento da Transamazônica (BR 230), atendendo aos esquecidos sobreviventes da colonização do tempo da ditadura militar. Contudo, com a previsão de outros grandes investimentos em obras de infra-estrutura na Amazônia, fica evidente que, no PAC, se condensam também algumas das principais questões relativas ao modelo de desenvolvimento da região. Entre elas está a construção de três projetos de enorme impacto sócio-ambiental – as usinas hidrelétricas de Belo Monte, no Pará, e Santo Antônio e Jirau, no rio Madeira, em Rondônia - cujos relatórios de impacto ambiental ainda não foram aprovados e têm sido alvos de ações do Ministério Público⁴. Na área de transporte, nota-se em particular o asfaltamento da parte paraense da BR 163, que liga Cuiabá a Santarém, e da Transamazônica (BR 230), atendendo aos produtores de soja do centro-oeste e, secundariamente, aos posseiros e outros ocupantes atuais. Não podemos, assim, esquecer que o PAC compreende boa parte das obras de infra-estrutura para a América do Sul, previstas no plano de Integração da Infra-Estrutura Regional da América do Sul (IIRSA).

Cabe aqui discutir o modelo de desenvolvimento industrial a ser beneficiado por essa produção de energia. Os pretensos nacional-desenvolvimentistas continuam defendendo projetos energético-intensivos de produção de commodities que até agora, como ocorreu com Tucuruí, implicam em o Estado brasileiro subsidiar as transnacionais do alumínio e outras com energia barata. Nós defendemos a valorização das alternativas locais, a diversificação sustentável da matriz energética, energia barata para a população da região e o fim do favorecimento às transnacionais

Como lembrou o Instituto Nacional de Estudos Socioeconômicos (INESC), o PAC não prevê “bons freios para proteger, em especial, os segmentos mais vulneráveis da população. Pensamos nas populações indígenas, quilombolas, ribeirinhos e agricultores familiares e camponeses que sofrerão diretamente o impacto das obras programadas”⁵. O PAC não leva em conta que a realização dos projetos de infra-estrutura provocará concentrações populacionais em áreas desprovidas de infra-estrutura urbana, gerando conflitos urbano-ambientais. O PAC representa, assim, um desafio extremamente complexo para as ONGs e movimentos sociais que atuam na região, pois a retomada do crescimento econômico corresponde a uma aspiração de amplos setores da população da Amazônia. O PAC poderá vir a representar uma oportunidade para a retomada do crescimento baseado na ampliação do mercado interno e com o aumento da integração social, mas poderá também ser o coveiro de um projeto que assegure ao conjunto da população regional seu lugar num desenvolvimento regional autêntico, que se assente sobre as especificidades da região e o uso sustentável dos seus recursos, e não sobre um modelo inapropriado ao ecossistema amazônico. Infelizmente,

³ Cf. declarações dos economistas João Sicsú (UFRJ) e Ricardo Carneiro (Unicamp) à Agência Carta Maior, em matéria de Gilberto Maringoni, em 23/01/2007.

⁴ Se for executado em sua concepção integral, o projeto do Complexo do Rio Madeira poderá gerar mais de 11.200 megawatts (MW) de eletricidade.

⁵ Vigna, Edécio e Equipe do INESC, em “PAC ou IIRSA Nacional”, fevereiro de 2007.

tanto as suas principais orientações quanto o ambiente político e econômico dominantes nos levam a duvidar de que venha a prevalecer a primeira alternativa.

II. A razão política do debate

Recentemente a FASE publicou um documento intitulado “*Agronegócio e monoculturas: diagnóstico e propostas da FASE para debate com parceiros*”. As razões políticas do debate apontadas naquele documento são inteiramente pertinentes à presente reflexão sobre o futuro da Amazônia e, por isso, as reproduzimos neste texto.

O modelo de desenvolvimento dominante no Brasil e internacionalmente apóia-se sobre um modo de produção e de consumo que necessita cada vez mais da extração de recursos naturais, de mais e mais produtos consumidos, despejando no ambiente o lixo da produção e do consumo. Um país se constrói na interação de uma população com o território no qual é inserida. E essa interação se dá nas atividades econômicas, políticas, culturais e sociais. A construção social do território brasileiro, tal como está sendo aprofundada nessas últimas décadas, hipoteca o futuro por criar situações e riscos de insustentabilidade ambiental e por reforçar a desigualdade social, inter-regional e entre países.

Estão em jogo:

a) a possibilidade de manutenção e ampliação da democracia e de fortalecimento das suas instituições, num território amazônico brasileiro dividido entre interesses econômicos que atuam no limite ou fora da legalidade, e buscam manter e estender seu poder, e, do outro lado, interesses econômicos sempre mais concentrados, no campo e na cidade, num território hegemônico por um único modelo de produção que nega e destrói a bio e a sócio-diversidade, ambos impedindo, por suas estratégias de ocupação do espaço, a manutenção dos ocupantes mais antigos da região nos seus espaços de vida e de reprodução e acelerando uma urbanização selvagem;

b) a possibilidade do território amazônico comportar um projeto de desenvolvimento sustentável que assegure a preservação dos recursos naturais da região, a partir do manejo e uso sustentáveis da sua biodiversidade, e, ao mesmo tempo, garanta a sobrevivência e a reprodução da sua população rural e da floresta: povos indígenas, quilombolas e outras populações tradicionais (seringueiros, castanheiros, ribeirinhos), colonos e pequenos produtores rurais;

c) a possibilidade de se assegurar o direito a cidades justas, democráticas e sustentáveis, com acesso a moradia digna, bens e serviços públicos adequados às realidades sócio-espaciais e culturais, valorizando o saber e as práticas locais; onde indústrias e serviços se desenvolvem, transformando e comercializando produtos e matérias primas amazônicas, assegurando mercados locais e regionais, fornecendo empregos.

d) a possibilidade de o território permitir, assim, no futuro, o abastecimento da população com uma produção agropecuária e agroextrativista de qualidade, garantir água - e água de qualidade e na quantidade necessária e contribuir à manutenção da floresta e do regime de chuva com efeitos sobre o resto do país e parte das Américas;

e) a possibilidade de cumprimento dos Direitos Humanos econômicos, sociais, culturais e ambientais (DhESCA). Não havendo mais lugar para que moradores das periferias urbanas, camponeses, agroextrativistas e povos indígenas desenvolvam seus projetos de vida e de reprodução e, ao seu redor, os múltiplos serviços e atividades, a alternativa restante seria a de serem reduzidos à condição de assistidos, por motivos humanitários.

A FASE, como organização historicamente voltada para apoiar segmentos sociais desfavorecidos e/ou excluídos do acesso à cidadania e a condições dignas de vida, não pode se omitir. Através da sua intervenção social e educacional, que privilegia o protagonismo dos sujeitos políticos, aprendeu que a luta dos grupos sociais com os quais ela trabalha por terra, pela agroecologia e pelo agroextrativismo, pela pesca artesanal, por economia solidária, por água, por energia, por saneamento, por moradia, coloca em questão os limites atuais da democracia, o modelo de desenvolvimento, a justiça e o cumprimento dos direitos humanos. Trabalhar com essa população leva a enfrentar essas questões de fundo.

Solidariedade planetária

Temos de acrescentar ao conjunto de razões políticas, uma determinante, fundada na solidariedade internacional. No momento em que os resultados do último relatório do IPCC acabam de confirmar que as mudanças climáticas dos últimos 50 anos são provocadas pelo Ser Humano, o Brasil não pode minimizar as suas responsabilidades na luta impostergável pela preservação do planeta e pela sobrevivência da espécie humana. Segundo o físico brasileiro Paulo Artaxo (USP), integrante do IPCC, “na história nunca se chegou nem perto de um problema desta envergadura. A 1ª e a 2ª Guerras Mundiais são fichinha perto disso. E não existe um órgão para tomar decisões desse âmbito, nem a ONU. Enfrentaremos dificuldades seriíssimas”⁶. Frente às conseqüências aterradoras do aumento da temperatura global e do nível do mar, bem como do degelo, em várias partes do mundo, não podemos tolerar uma postura egoísta e inseqüente de tratamento da problemática da Amazônia, do desmatamento e da sua contribuição para o efeito estufa, cuja única preocupação é a de encontrar argumentos – não importando o quanto falaciosos sejam – para justificar os avanços imediatistas na exploração das riquezas da Amazônia, ainda que seja à custa da própria sobrevivência da floresta e das gerações futuras. Aliás, a estupidez dessa postura pode ser demonstrada mesmo que optemos pela mais estrita adesão à defesa exclusiva dos interesses nacionais brasileiros. Se considerarmos o fato de que o aquecimento global pode ter um impacto drástico na Amazônia, e que esta pode sofrer um aumento de temperatura superior à média global que, com ou sem redução de chuvas, associada ao crescente desmatamento, levaria à transformação de parte da maior floresta tropical do mundo em savana, fica evidente a necessidade de uma posição cooperativa do Brasil na busca de soluções compartilhadas com o conjunto de Estados capazes de contribuir de forma relevante para o enfrentamento das mudanças climáticas e de outros fenômenos ambientais que nos ameçam.

III. O futuro da Amazônia como um desafio político nacional

Em entrevista a Antonio Polito⁷, Eric Hobsbawm analisa o processo de globalização⁸, destacando, entre outros, três aspectos que nos parecem importantes para a nossa reflexão sobre a Amazônia como uma problemática nacional brasileira. São eles:

- O fato de que a globalização não é um processo universal que atua da mesma forma em todos os campos da atividade humana. Assim, à tendência histórica para a globalização nas áreas de tecnologia, de comunicações e da economia, se contrapõe um movimento diferente com relação à política, na qual a globalização seria ainda limitada pela existência dos Estados e do poder estatal.
- A globalização consistiria não apenas na criação de uma economia global, mas na remoção de obstáculos técnicos à organização da produção (e não apenas do comércio) em escala transnacional.

⁶ Entrevista ao Estado de São Paulo, citada pelo Jornal da Ciência da SBPC.

⁷ Eric Hobsbawm, “O Novo Século”, Companhia das Letras, Rio de Janeiro, 2000.

⁸ Ao partirmos de um cenário de avanço persistente da globalização, não podemos ignorar possíveis cenários alternativos de crises mundiais do capitalismo, com impactos imprevisíveis sobre as relações internacionais e sobre o atual quadro de inserção passiva do Brasil na globalização.

- Um dos problemas centrais da globalização estaria em que o processo técnico da globalização requer um elevado grau de padronização e homogeneização. Assim, um dos grandes problemas do século XXI será definir qual o nível máximo de homogeneidade, além do qual haveria uma reação aversiva, e em que medida esse processo pode ser compatibilizado com a diversidade presente no mundo.

Além da sócio-diversidade e da diversidade cultural – fatores positivos do nosso ponto de vista – Hobsbawm não ignora a contradição entre a suposta capacidade da globalização de garantir um acesso tendencialmente igualitário aos produtos e um mundo marcado pela desigualdade e pela diversidade.

Todos esses elementos dizem respeito de perto à discussão da problemática amazônica, uma vez que podem lançar luz sobre o contexto internacional que condiciona os destinos de alguns dos nossos mais caros pressupostos tais como:

- A Amazônia brasileira como parte integrante e indissociável de um projeto nacional sustentável e democrático brasileiro;
- A busca de um modelo de desenvolvimento regional que constitua uma proposta endógena e que leve em conta as especificidades ambientais e a diversidade social e cultural da Amazônia;
- A recusa à homogeneização redutora da sócio-diversidade amazônica.

No caso brasileiro, o descompasso entre as dimensões econômica e política da globalização foi aprofundado pelas opções políticas dos governos Collor e FHC, que reduziram drasticamente os espaços de decisão política nacional autônoma, colocando na dependência dos “mercados” (leia-se dos investidores financeiros e dos movimentos de capitais internacionais, devidamente representados pelo FMI) os objetivos sociais nacionais – inclusive a capacidade de reduzir as desigualdades sociais e regionais. O governo Lula deu alguns passos para reverter essa tendência sem pôr em cheque a cláusula pétrea da sua fidelidade aos “contratos” que estabelecem a hegemonia do sistema financeiro internacional e sem questionar o modelo primário-exportador.

Num contexto de ampla subordinação externa, pôde-se criar uma aparente distensão em relação à problemática da soberania nacional brasileira sobre a Amazônia. Foi o que ocorreu quando o governo brasileiro seguia à risca as diretrizes do FMI e do capital financeiro internacional, mostrando-se incapaz não apenas de promover um crescimento econômico que superasse a mediocridade dos últimos anos, ou de definir políticas industriais ativas para o país, mas, sobretudo, de definir um novo projeto de desenvolvimento para o Brasil e para a Amazônia. Não se poderia mesmo esperar que houvesse, em tal conjuntura, maiores conflitos em torno da soberania nacional brasileira sobre a Amazônia. O baixo perfil da presença do Estado na Amazônia foi reforçado pelo fato de que, com o ajuste fiscal, nos últimos anos, o poder central reduziu significativamente os seus instrumentos de intervenção, tendo sido executado, no caso da Amazônia, um percentual ínfimo dos projetos ambientais constantes dos orçamentos da União, ainda que não se possa negar que no governo Lula cresceu a presença do Estado através das suas intervenções no combate ao desmatamento, com a criação de numerosas áreas de proteção e ações de fiscalização e controle ambiental. O PAC poderia retomar a intervenção do Estado na Amazônia ampliando e consolidando a intervenção sócioambiental, mas, infelizmente, concretiza agora a reversão dessa tendência junto com a emergência de novos conflitos de interesses. Em sua grande parte, os vultosos investimentos em infraestrutura propostos pelo PAC para a Amazônia, destinam-se globalmente a aprofundar o modelo atual de desenvolvimento, inapropriado à região, como já dito, que arrisca desencadear processos incontroláveis de ocupação e exploração do território. Não se vêem no PAC intervenções e mecanismos que possam compensar os grandes projetos e assegurar que a tragédia que se anuncia não acontecerá. Outras fontes de financiamento

governamental ainda sustentam as políticas de exploração predatória como no caso da implementação da soja, do gado e, em que pese a Lei de gestão florestal, com todas as dúvidas que ela levanta, das indústrias madeireiras.

Independentemente da condução dada pelo Estado brasileiro à questão da Amazônia, a procedência de temores relativos à cobiça internacional pela Amazônia não pode ser desqualificada como fruto das fantasias de setores ultranacionalistas ou de militares interessados em inventar inimigos externos, para melhor justificarem o seu papel interno no contexto pós-guerra fria. São conhecidos os pronunciamentos de personalidades mundiais que reforçam os cuidados que devemos ter diante da matéria. De Al Gore, ex-vice-presidente americano e candidato derrotado à sucessão de Clinton: “Ao contrário do que os brasileiros pensam, a Amazônia não é deles, mas de todos nós”. Mikhail Gorbachev: “O Brasil deve delegar parte de seus direitos sobre a Amazônia aos organismos internacionais competentes”. E o falecido François Mitterand declarou, em 89, quando ocupava a presidência da França: “O Brasil precisa aceitar uma soberania relativa sobre a Amazônia”.

Nossa soberania⁹ se realiza no atual quadro de globalização com hegemonia militar unipolar do “Império” norte-americano, de que dificilmente poderemos escapar, e que certamente já constitui uma experiência sofrida até mesmo por dirigentes de potências como a Rússia e a própria França¹⁰. Portanto, seria conveniente concretizarmos nosso entendimento e temores com relação às possíveis limitações à soberania nacional brasileira sobre a Amazônia, que possam vir a ser impostas pelas potências dominantes. É claro que há uma gama de situações possíveis entre a soberania plena e casos extremos, como é o caso das limitações atualmente impostas à soberania do Iraque.

No tocante à soberania do Estado nacional brasileiro sobre a Amazônia brasileira, parece que haveria uma lição a tirar desses episódios internacionais. A soberania nacional é tanto mais defensável quanto maior for a legitimidade do Estado em questão para exercê-la, tanto perante a opinião pública nacional quanto internacional. Intervenções às quais nos opomos com veemência, como as que ocorreram no Iraque, na Somália, como a que ocorre no caso colombiano, etc., são indissociáveis de contextos de perda de controle e de legitimidade dos respectivos Estados. No caso da Amazônia, não podemos nos furtar a uma análise cuidadosa da imagem do país no exterior - onde o Brasil e os brasileiros são muitas vezes associados pelo senso comum do homem da rua a irresponsáveis que queimam a floresta. A incapacidade do Estado brasileiro de tomar uma posição de liderança na defesa de um futuro sustentável para a Amazônia, sua freqüente submissão a interesses predatórios de grupos dominantes regionais, locais e transnacionais, a sua resistência em discutir a questão florestal nas reuniões internacionais que dão seguimento às Convenções sobre o clima e a

⁹ Conforme José Luís Fiori, a soberania somente pode ser entendida dentro dos reais contextos históricos. “Quando se fala de soberania, quase todos pensam num poder supremo, absoluto, perpétuo, indivisível e inalienável, que se manteve igual através do tempo, uma jurisdição política territorial reconhecida pelos demais estados e pela sua própria população. Essa visão quase ‘metafísica’ da soberania está na cabeça das pessoas que anunciam o fim dos estados, porque eles teriam perdido seu poder frente às grandes corporações multinacionais e aos agentes dos mercados financeiros globais. O que a história ensina, entretanto, é que a soberania nunca foi um poder absoluto, e sempre foi objeto de conflitos e negociações, que redefiniram seu significado e extensão várias vezes através do tempo e dos espaços geopolíticos mundiais”.

¹⁰ Nesse sentido é bastante esclarecedora a análise feita por Samuel Pinheiro Guimarães na qual se distinguem três núcleos constitutivos da atual estrutura de poder mundial: um reduzido núcleo de grandes potências econômicas, um núcleo de grandes potências políticas, e um núcleo de grandes potências militares. Ele mostra que algumas grandes potências fazem parte desses três núcleos de poder, mas nem sempre isso ocorre, como demonstram os casos da Alemanha, do Japão, da China e da Rússia. O Brasil faz parte de “um reduzido número de grandes Estados da periferia, que dispõem de territórios, populações e estoques de capital acumulados significativos e que têm relevância regional”. Em “Desafios Brasileiros na Era dos Gigantes”, Editora Contraponto, 2005.

biodiversidade, assumindo a iniciativa, tudo isto gera incerteza com relação à capacidade do governo brasileiro de se afirmar no contexto internacional como legítimo detentor da soberania nacional sobre a Amazônia.

Nesse contexto, a consolidação da integração da Amazônia no Brasil passa fundamentalmente pelo fortalecimento dos vínculos societários entre os atores regionais, em especial os atores do campo democrático e popular, e seus congêneres a nível nacional. No entanto, cabe indagar sobre as bases materiais, os interesses concretos, os fundamentos das alianças que podem viabilizar uma unidade nacional sólida em torno da problemática amazônica, cujo primeiro elemento será sempre um forte sentimento de pertencimento à nação brasileira por parte da própria população da Amazônia brasileira. Estes laços não se aprofundarão e consolidarão sem a superação de duas propostas equivocadas: 1. Aquela que vê a Amazônia como um espaço vazio a ser ocupado e uma periferia a ser explorada pelo capitalismo do sudeste-sul, apoiado no “poder central”; 2. A que vê como viável um projeto de desenvolvimento regional isolado da divisão nacional e internacional do trabalho numa era de globalização comercial e produtiva. Identificamo-nos, porém, com propostas favoráveis a uma redução do grau de abertura da economia nacional brasileira ao exterior.

IV. Sobre as grandes questões e os desafios que se colocam para a Amazônia.

O “desenvolvimento” da região caracteriza-se por ações, projetos e políticas impostos de fora pelo poder central combinado, internacionalmente, a poderosos interesses econômicos e a agências internacionais e, localmente, a interesses privados regionais, que criam riquezas voláteis e empregos precários e temporários na região, e, portanto, a desestabilizam. A lista é longa. Para ficar nas últimas décadas, mencionamos a mineração - o manganês da Serra do Navio; a cassiterita do Amazonas e de Rondônia/Mato Grosso; o ouro do Pará, de Roraima e do Mato Grosso; o diamante de Rondônia - o complexo hidroelétrico/mineral/siderúrgico (Pólo Carajás); a agroindústria de plantações de árvores para carvão vegetal e papel-celulose (Projeto Jari); os milhares de madeiras que avançaram em várias frentes da Amazônia deixando um rastro de destruição e desemprego em centenas de vilas e cidades criadas em torno delas; as terras raras¹¹ do Noroeste da Amazônia brasileira; a pecuária extensiva; a exportação de animais silvestres e de peixes ornamentais; o extrativismo da madeira e de essências (pau rosa); a pesca industrial no estuário amazônico e na costa atlântica; a Zona Franca de Manaus; a colonização no Pará, no Mato Grosso e em Rondônia. No período mais recente assistimos ao avanço da fronteira agrícola com a expansão da produção de soja: nos cerrados do Mato Grosso, do Maranhão e do Tocantins, nas áreas de transição com a floresta, em Paragominas, sul do Pará, Santarém, Rondônia, Humaitá e Roraima. Essa expansão está sendo acompanhada pela abertura de hidrovias e de estradas.

Outras iniciativas talvez sejam mais ligadas a estratégias de integração regional: a exploração do gás do Urucu; a abertura e pavimentação da BR que liga Manaus a Roraima; a energia trazida da Venezuela; os projetos hidroelétricos com fins regionais (Curua-Uná, Balbina e Samuel), projetos de exploração de frutas no Pará (coco, dendê etc). Vale notar, porém, que, por terem a mesma origem, terem sido ou estarem sendo implementados sem debate público e por não levarem em conta, de maneira geral, as especificidades ambientais da Amazônia, pouco contribuem positivamente (quando não indicam claramente e até de modo caricatural por onde não se deve ir) para nos indicar um rumo de desenvolvimento próprio.

Os grandes projetos na Amazônia são planejados e pensados para cumprir um papel dentro da expansão do capital nacional e internacional. Geralmente são blindados por

¹¹ Terras raras são um grupo relativamente abundante de 17 elementos químicos, constituído pelo grupo dos lantanídeos, pelo escândio e pelo ítrio.

análises, por pesquisas, pela legislação e por uma pletera de argumentos sobre sua importância sócio-econômica determinante para o desenvolvimento de regiões definidas como abandonadas ou isoladas. É forte a elaboração ideológica que separa os empreendimentos dos problemas ambientais e sociais a eles associados. Não negam os problemas, no entanto, atribuem a responsabilidade ao Estado, a outros setores produtivos ou à própria população. Por exemplo, no caso do Porto da Cargill, em Santarém / PA, é como se este não tivesse nada a ver com o incentivo à monocultura da soja, com a concentração da terra, com a contaminação da água, com a degradação dos solos e com o desmatamento. Tudo isso seria problema de alguns sojeiros ou maus agricultores. No caso do complexo siderúrgico de ferro-gusa, no eixo Carajás, defendem que a responsabilidade do carvão ilegal, do desmatamento, do trabalho escravo em carvoarias não é um problema das guseiras. Os produtores de carvão ou agricultores que derrubam a mata para transformar em carvão é que seriam os responsáveis. Evitam conversar sobre as causas e efeitos de grandes projetos. Tentam separar as responsabilidades. Esta prática confunde a sociedade, mascara a realidade, e fragiliza uma reação organizada das populações impactadas.

A maioria desses empreendimentos só foi realizada porque a região dispõe de recursos naturais, renováveis e não renováveis. Duas questões se colocam: 1) estes devem ser explorados ou não? - há opiniões em favor da não exploração ou da exploração mínima em nome da preservação da região, preservação que traria benefícios maiores; 2) se forem explorados, o serão em que condições? Não deveria, à exceção dos conservacionistas tradicionais, ter contradição de fundo entre as duas posturas. Poderiam ser definidos critérios orientadores a serem levados em conta em conjunto, para tomada de posição em relação a esses projetos:

- a) Que os projetos sejam objeto de um amplo debate da sociedade regional;
- b) Que não sejam manifestamente contraditórios com a realidade sócio-ambiental amazônica. É o caso, a nosso ver, da soja;
- c) Que levem em conta as alternativas possíveis;
- d) Que sejam analisados dentro de uma perspectiva integrada e sistêmica;
- e) Que tragam recursos para re-investimento na região;
- f) Que sejam inseridos em estratégias regionais de desenvolvimento;
- g) Que as condicionantes sociais e ambientais não sejam subordinadas aos chamados “imperativos econômicos”;
- h) Que contribuam para impulsionar as áreas de ciência e tecnologia na região;
- i) Que os princípios da justiça ambiental (seja de ponto de vista regional, seja nacional e internacional) sejam respeitados e aplicados;
- j) Que gerem trabalho e empregos.
- k) Que incorporem obrigatoriamente percentual elevado de mão de obra local;
- l) Que incorporem projetos sociais produtivos para atender às novas demandas que estes projetos trazem consigo;

Note-se que não estamos nos iludindo, pois, justamente, são esses critérios que seriam objeto de polêmica. O seu uso supõe a aquisição de um sólido domínio de informações técnicas, econômicas, sociais e ambientais e o respaldo de setores ponderáveis da população para poder desenvolver uma forte ação política.

Mas, mais do que tomar como ponto de partida os projetos e as intenções políticas existentes, trata-se de construir uma proposta genuína, endógena que possa contrabalançar as propostas dominantes. Não que esta já tenha acumulado as forças necessárias para substituí-

las, mas para reforçar a nossa argumentação, mostrando outros caminhos possíveis. O ponto de partida é duplo e complementar: 1) as potencialidades oferecidas pela Amazônia enquanto bioma em grande parte preservado e que qualquer estratégia das forças econômicas e políticas dominantes não vai poder valorizar - mais do que isso, sem estratégias que envolvam a população local, a manutenção e o uso desse potencial é impossível, o que nos leva ao segundo ponto - 2) a sua população, não como massa indiferenciada, mas nas suas múltiplas expressões, histórias e estratégias de sobrevivência e de reprodução.

Uma proposta alternativa não pode ignorar o enorme potencial da região, atualmente em boa parte explorado de forma predatória e sem que se saiba muito bem a riqueza realmente extraída e gerada: água; recursos biológicos e genéticos, madeira, minerais e terras raras; áreas agriculturáveis disseminadas na região capazes de assegurar o abastecimento alimentar regional; potencial energético, hidroeletricidade, gás, biomassa; recursos pesqueiros, frutas, essências e outros recursos florestais; recursos fitogenéticos oriundos da agricultura tradicional de várzea e de terra firme; turismo ecológico; cultura; campo de pesquisa. Olhar esse potencial – e não os projetos – obriga a formular propostas, menos para efetiva generalização da sua implementação, evidentemente, do que para afirmar o potencial e a direção de um outro projeto político-econômico e social.

Esse potencial da região deve ser explorado de tal modo que deixe para a região a maior parte dos seus lucros, permitindo num primeiro momento, ao mesmo tempo, desenvolver políticas públicas sociais, que minorem os dramáticos problemas urbanos da região, e construir as bases de um desenvolvimento endógeno, através de um investimento massivo em educação, pesquisa e tecnologia. Num segundo momento, e também paralelamente, que a obrigação de investimentos em atividades urbanas (indústrias e serviços) na região seja inerente aos novos empreendimentos e projetos.

Quanto à sua população, ela se insere num território muito diversificado. Áreas de conservação integral, florestas nacionais, áreas de uso sustentável, reservas extrativistas florestais e marinhas, terras indígenas, assentamentos, áreas de colonização, terras de quilombos, áreas florestais de gestão sustentável, inúmeras áreas de posse antiga por ribeirinhos e agroextrativistas, posses de migrantes das últimas décadas; lagos, igarapés, rios e paranás manejados pelos ribeirinhos; regiões metropolitanas, pequenas e médias cidades, “company towns”¹², cidades garimpeiras, cidades ribeirinhas, agrovilas.

Especificamente, as populações tradicionais (índigenas, quilombolas, ribeirinhos, extrativistas etc.) representam uma riqueza cultural enorme e um patrimônio incalculável para o Brasil. Não devem ser vistas como sobrevivência do passado, pois se adaptam continuamente e, lhes sendo propiciadas condições para tal, são totalmente habilitados a serem artífices centrais da construção de um projeto amazônico. Tampouco podem ser vistos sem a sua conexão com as cidades amazônicas. A proximidade e a sensibilidade da maior parte dos habitantes das cidades amazônicas com o seu entorno ainda é grande.

Nessas condições, qualquer projeto de desenvolvimento sustentável para a Amazônia parte dos vários ecossistemas inscritos no seu espaço, das diferentes formas de ocupação e usos do seu território e dos seus povos e populações. Várias atribuições lhes são conferidas, nesta perspectiva:

- a) De extração / produção, tendo em vista primeiro o abastecimento dos mercados locais e regionais, garantindo a segurança alimentar e nutricional da região, e, em segundo, o mercado nacional e internacional; e, além disso, provendo os mercados de outros produtos da floresta;

¹² Uma “company town” é uma cidade em que a maioria dos imóveis, estabelecimentos comerciais, infraestrutura urbana e serviços são possuídos por uma única empresa.

- b) De manutenção (preservação e manejo) dos ecossistemas e das suas riquezas biológicas, a cargo do equilíbrio climático regional e mundial (regime de chuvas, absorção de carbono) e de parte da segurança mundial, no longo prazo (manutenção do maior estoque mundial de recursos fito e biogenéticos e de água). Fala-se hoje de serviços públicos - distinto da noção de mercado – ambientais;
- c) De manutenção de suas culturas, de seus modos de vida e suas formas de relação com o meio ambiente, numa compreensão dinâmica dessas sociedades e grupos sociais, não folclorizante, visando o reconhecimento da importância da preservação da multiplicidade das culturas e povos para a humanidade;
- d) De produção de conhecimentos indispensáveis para o desenvolvimento de ciência e de tecnologia apropriados à Amazônia;
- e) De manutenção de paisagens e de estilos de vida e expressões culturais que valorizem o potencial turístico da região e a imagem do Brasil;
- f) De humanização das aglomerações urbanas, em função das suas novas estratégias de produção, extração, turismo, propiciando novas atividades nas cidades, baseadas sobre a exploração do potencial amazônico;
- g) De questionamento - por não terem sido majoritariamente invadidos pelo modelo de consumo dominante, talvez possam ajudar - dos nossos valores e ética e apontar caminhos para a necessária revisão do modelo de civilização ocidental dominante, que a profunda crise ambiental e humana (guerras, fundamentalismos, xenofobia) está tornando imperativa.

Há que se destacar, ainda, o fato de que hoje mais de 70% da população da Amazônia vive nas cidades. A realidade das cidades da região deve ser compreendida, historicamente, como resultado, de um lado, dos conflitos e dos processos de expropriação que levaram boa parte da população rural a se deslocar para as cidades, de outro, da ação de grandes projetos governamentais e privados, nacionais e internacionais, que construíram cidades como suporte para suas atividades. Assim, é preciso compreendê-las como parte atual da dinâmica territorial, num contexto nacional de crescente especialização produtiva do território.

Não se trata apenas de constatar o peso crescente do urbano na região, mas de propor alternativas de inserção regional na divisão nacional e internacional de trabalho que viabilizem as aspirações das populações urbanas da Amazônia de acederem a padrões de consumo compatíveis com a realização dos seus direitos humanos econômicos, sociais, culturais e ambientais. O acesso a esses direitos requer uma ênfase muito forte na produção voltada para o consumo regional. Passa também, não apenas pelo desenvolvimento de novas relações entre as cidades e o campo, a partir das novas formas de cooperação e divisão do trabalho agroextrativista, mas pelo enfrentamento dos processos de involução metropolitana¹³.

V. Sobre os compromissos e a contribuição da FASE

Os compromissos da FASE no decorrer das quatro décadas da sua presença na Amazônia se concentraram na defesa dos interesses das populações tradicionais da região (extrativistas, ribeirinhos, pescadores artesanais) e dos agricultores familiares trazidos pelos fluxos migratórios decorrentes da política governamental dos “Grandes Projetos” enquanto no

¹³ Como afirmou Milton Santos, “na medida em que o grande número de pobres urbanos cria o caldo de cultura para que nas cidades, sobretudo nas grandes cidades, vicejem formas econômicas menos modernas, dotadas de menor dinamismo e com menor peso na contabilidade estatística do crescimento econômico”. Santos, Milton, “Meio Técnico-Científico e Urbanização: Tendências e Perspectivas”, in “Da Totalidade ao Lugar”. São Paulo; EDUSP, 2005.

urbano a sua atuação se concentrou na defesa e organização dos trabalhadores industriais (Manaus, São Luis e Belém) e das massas populares expulsas do campo e procurando nos centros urbanos os meios de sobrevivência, na maioria dos casos despojadas dos direitos mais elementares da vida humana, seja de alimentação, seja de trabalho, educação, habitação e saneamento básico.

Desde o início, esta atuação tem o seu contraponto na implantação dos “Grandes Projetos” na Amazônia, seja na abertura da Transamazônica, na construção da hidrelétrica de Tucuruí em função da implantação da indústria de alumínio (Barcarena / São Luis) e do pólo Carajás seja na atualidade na forma do PAC no que diz respeito à região. A dialética desta dinâmica contribuiu para acumular o senso crítico da organização e discernir as causas das violações dos direitos humanos (no seu sentido mais amplo de DhESCA), perpetradas de modo indiscriminado em termos sócio-ambientais. Tais violações de direitos foram praticadas historicamente desde a “descoberta” do Brasil e se intensificaram novamente nas últimas décadas do século passado e no início do novo milênio. Tanto em nome da defesa dos Direitos Humanos quanto em nome da Justiça Sócio-Ambiental - já que até hoje a região e seus povos foram explorados a serviço dos interesses alheios e em detrimento dos seus próprios e da humanidade -, a FASE está profundamente comprometida com a construção de uma nova proposta, genuinamente brasileira, surgida dos povos da floresta e benéfica para Brasil e o planeta a que pertence. Esta proposta em sua essência foi descrita com bastante clareza nas páginas anteriores deste posicionamento quando se tratou dos grandes problemas e desafios.

Aceitando esses desafios e dando continuidade à sua trajetória na região, a FASE reafirma seus compromissos históricos com:

1. *As lutas pela Reforma Agrária e regularização fundiária.* Nos longos anos de trabalho na Amazônia atuou em várias áreas de conflito agrário e de disputa em torno do ordenamento territorial. *Renovamos este compromisso, à luz do conceito de sustentabilidade*, que associa a questão das formas de apropriação da terra aos seus usos e gestão dos recursos naturais necessários à produção agrícola, à valorização do espaço rural, à valorização dos recursos genéticos e fitogenéticos, na perspectiva da democratização da terra e conservação e manejo dos recursos naturais. Afirmamos, assim, a necessidade de interseção das políticas florestal, agrária e agrícola, garantindo a relação entre reconhecimento dos direitos tradicionais de posse e uso da terra, reforma agrária, sustentabilidade sócio-ambiental e equidade de gênero. Temos uma boa experiência desenvolvida no município de Gurupá com condições de replicabilidade, do ponto de vista da metodologia adotada de ordenamento territorial, que vem instituindo referenciais técnico-político-jurídicos. Trabalha-se no município de Gurupá conjugando a diversidade dos ecossistemas, a diversidade sócio-cultural dos segmentos do campesinato e os padrões de uso de terra local, com uma concepção que inclui várias modalidades (mosaico) de regularização fundiária: projeto de assentamento agro-extrativista, áreas de remanescentes de quilombos, concessão de direito real de uso, reserva extrativista, reserva de desenvolvimento sustentável etc.

2. *A luta pela Reforma Urbana.* Pioneira na problematização da questão urbana na Amazônia, hoje, a FASE Amazônia desenvolve em parceria com membros de universidades públicas federais, movimentos sociais e ONG's da região um profícuo trabalho de articulação de sujeitos coletivos em vista da construção da *Plataforma Urbana da Amazônia*, a fim de qualificar a intervenção regional nos debates nacionais da política urbana, buscando que esta incorpore as diversidades e especificidades regionais; desenvolve contínuo trabalho de capacitação de lideranças e gestores públicos visando construir e/ou aprimorar instrumentos que favoreçam o controle social, bem como está empenhada na constituição de Fóruns de Reforma Urbana. Esse processo construído coletivamente já resultou na criação do Fórum da

Amazônia Ocidental – FAOC, do observatório de Políticas Públicas Conhecimento e Movimento Social na Amazônia – COMOVA, na elaboração do primeiro esboço da Plataforma Urbana da Amazônia, na realização de pesquisas sobre o urbano regional e já projeta a realização da I Conferência das Cidades Amazônicas e do Encontro Estadual das Cidades, no Pará. Por fim, é preciso registrar o desenvolvimento do projeto demonstrativo realizado em Belterra, município localizado no Oeste do Pará, às margens da rodovia BR-163, mais conhecida como Cuiabá-Santarém, voltado à construção de mecanismos de democratização da gestão e do planejamento, além de instrumentos de controle social.

3. *A garantia da Segurança Alimentar.* A FASE tem desenvolvido na Amazônia importantes projetos que contemplam um dos componentes da *segurança alimentar*, qual seja o da *produção agroalimentar, com base na produção familiar rural*. Significativa ainda tem sido a iniciativa de articular produção, comercialização e mais recentemente a transformação de produtos, tendo como base o incentivo às formas associativas e cooperativas, tanto no Pará como no Mato Grosso. Uma das características importantes dessas iniciativas é que elas possibilitam simultaneamente a criação de oportunidades de trabalho e apropriação de renda, como também a melhoria da oferta de alimentos, desempenhando importante papel nas dinâmicas locais / regionais. Estas experiências indicam que precisamos ampliar a nossa abordagem sobre segurança alimentar, articulando acesso, disponibilidade, abastecimento e qualidade de alimentos, investindo no plano municipal/micro-regional.

4. *O Comercio Justo e Solidário.* A consolidação dos circuitos de mercado regionais é uma forma de promover atividades econômicas em bases mais equitativas, ampliando a oferta de alimentos que respondam à diversidade dos hábitos de consumo. As questões relativas a mercado despontam como o principal determinante das possibilidades de êxito ou fracasso das iniciativas de apoio à produção agroalimentar. Colocam-se aqui problemas relativos à própria organização camponesa, mas, sobretudo, ao papel que as administrações municipais podem desempenhar (individualmente ou em consórcio numa micro-região) na "construção de mercados". Falamos aqui tanto do chamado mercado institucional, que engloba as compras de alimentos pela administração pública para serem utilizados em programas e organismos públicos (alimentação escolar, fornecimento para hospitais, etc.) com o propósito de favorecer os pequenos e médios empreendimentos, como do papel das administrações na negociação com os grandes agentes econômicos participantes dos circuitos regionais, como parte integrante e indispensável da regulação pública dos mercados agroalimentares. Na concepção de segurança alimentar, o abastecimento não pode ficar reduzido a uma visão tradicional como se fosse um problema de "escoamento da produção agrícola". Falar de políticas de abastecimento inclui programas para diminuir a distância entre o produtor e o consumidor; programas de defesa e promoção do consumo alimentar como restaurante popular, alimentação escolar, etc. e de gestão de equipamentos públicos de abastecimento como feiras, "sacolões", descentralização de entrepostos de abastecimento, etc. Esta é a perspectiva que deve orientar as políticas públicas no âmbito municipal e micro-regional.

5. *O Consumo Sustentável.* Combinar o debate e as proposições em torno do direito à cidade sustentável e da gestão da cidade com os direitos à segurança alimentar é uma perspectiva inovadora e que pode garantir um dos pontos de inflexão interessante para a construção da unidade campo e cidade. Temos no Brasil movimentos de consumidores e elos construídos de forma significativa, em algumas experiências, que articulam consumidores e produtores. É necessário também fortalecer o incipiente movimento dos consumidores na Amazônia, para atuar no campo da educação alimentar, através de suas organizações, na fiscalização do comércio dos alimentos e incluir em sua pauta a defesa de uma agricultura ecológica.

6. *A consolidação da Agroecologia na Amazônia,* a partir de seus acúmulos na experimentação dos princípios da agroecologia no Baixo Tocantins, Nordeste Paraense e Gurupá, no Pará, e no Sudoeste de Mato-Grosso. Reconhecemos os conhecimentos e práticas

tradicionais de manejo e conservação dos recursos naturais desenvolvidos pelas populações tradicionais, indígenas e quilombolas como elementos de construção da agroecologia na Amazônia e, portanto, constituintes do movimento agroecológico que surge com a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA). Esta questão traz à tona a inter-relação entre a garantia da saúde dos consumidores, a preservação do meio ambiente, a defesa de uma agricultura baseada no padrão tecnológico difundido pela agroecologia, e a resistência contra a crescente monopolização da produção de sementes pelas multinacionais. A incorporação da abordagem de gênero, na perspectiva de trabalhar os sistemas de produção e com o compromisso político de defesa dos direitos das mulheres, dá um novo aporte para o debate e novas práticas político-pedagógicas para a agricultura ecológica.

7. *A proteção do Conhecimento tradicional associado à biodiversidade.* Associadas à erosão dos recursos naturais e genéticos, que o processo de destruição e de privatização dos conhecimentos e da vida traz, estão a erosão cultural e a erosão dos direitos das populações que historicamente atuaram como guardiães desses recursos. É necessária a inclusão desse novo direito, na agenda de debate da Reforma Agrária e do Meio Ambiente. Devemos nos insurgir contra a privatização dos conhecimentos e da vida e lutar pelos direitos dos agricultores e dos povos tradicionais, a começar pelos povos indígenas, como parte da luta pela soberania e segurança alimentar.

No tocante à sua intervenção social no futuro próximo, a FASE assume ainda os seguintes compromissos:

- Apoiar as ações da base social da sociedade amazônica brasileira (indígenas, extrativistas, quilombolas, agricultores familiares, pescadores artesanais, etc.), em desenvolvimento nas diversas sub-regiões, e ancoradas na sustentabilidade social, econômica e ambiental. Promover ações apropriadas à diversidade dos biomas amazônicos e cada vez mais orientadas pelos princípios agroecológicos, voltadas para a exploração sustentável e comunitária dos recursos florestais, madeireiros e não madeireiros, e para a produção agroextrativista. A ação concreta deste compromisso da FASE se traduz, em 2007 e nos próximos anos, no fortalecimento, promoção e expressão das redes amazônicas agregadas na Aliança dos Povos da Floresta, nos seus Fóruns de ONG's e Movimentos Sociais, como o FAOR e o FAOC, e nas redes nacionais das áreas de agroecologia e economia solidária. Dando força a esta ação global, a FASE no seu programa na Amazônia impulsionará em territórios do Estuário do Amazonas e Baixo Tocantins, o desenvolvimento sustentável e democrático, colocando à disposição a experiência da sua equipe interdisciplinar composta de engenheiros/as florestais, agrônomos(as), sociólogos(as), educadores(as) e pesquisadores(as), em função desta dinâmica.
- Privilegiar o tratamento da dimensão urbana, dando-lhe o tratamento integrado na realidade Amazônica;
- Intensificar a ação educativa na promoção da consciência dos Direitos e da Igualdade de Gênero e Raça bem como da Justiça Ambiental. Neste sentido a FASE pretende intensificar a campanha “NA FLORESTA TEM DIREITOS - JUSTIÇA AMBIENTAL NA AMAZÔNIA”, desenvolvendo momentos de formação e cobrança de direitos. Além disso, continuará a implementar o Fundo Dema¹⁴ como uma das experiências mais expressivas de Justiça Ambiental, estimulando o seu desdobramento noutras regiões da Amazônia;

¹⁴ O Fundo Dema é um fundo gerido pela FASE com recursos oriundos de uma doação com encargos feita à FASE pelo IBAMA resultante de uma apreensão de mogno extraído ilegalmente. Os recursos foram aplicados no BASA e os rendimentos são destinados a projetos sociais na região de onde a madeira foi retirada ilegalmente.

- Pleitear, em parceria com as redes amazônicas, outras redes e fóruns regionais e nacionais, junto aos governos estaduais e nacional, a realização acelerada da Reforma Agrária, apropriada para a região Amazônica, impulsionando a solução das questões fundiárias, a dinamização do judiciário na região, a radicalização da democracia em todos os mecanismos de participação e a promoção de uma política de incentivos, favorecendo as iniciativas populares e as tecnologias sociais em evolução na região;
- Pautar-se pelos princípios da solidariedade internacional Panamazônica, traduzindo-os na defesa de termos justos e de reparação de direitos nos acordos internacionais, sejam eles de comércio, infraestrutura ou de pesquisa.
- Buscar, ao mesmo tempo em que se defende a soberania do país sobre a Amazônia brasileira, uma permanente integração com as populações amazônicas dos países vizinhos e suas organizações na defesa do bioma amazônico e da sua sociodiversidade.

As temáticas trabalhadas pela FASE, se são o ponto de partida da entidade para pensar e atuar, no conjunto do território amazônico brasileiro, não esgotam as grandes questões e desafios para a região. Impõe-se um permanente esforço de reflexão e de síntese que possa contribuir para a consolidação de um pensamento alternativo sobre a Amazônia e para que, junto com todas e todos os que buscam e constroem outros projetos para a região, possamos fazer dela a vanguarda de um outro modelo de desenvolvimento.

04/05/2007

